



O SINASEFE é para lutar!

Os que leram a obra 1984, de George Orwell, devem lembrar perfeitamente o peso do termo “novilíngua”. Uma inversão e subversão de significados e sentidos, que restringe e condiciona o pensamento e transforma a linguagem, tirando dela a sua essência.

O principal lema do livro, “guerra é paz, escravidão é liberdade, ignorância é força”, dá conta de traduzir tudo isso que estamos vivendo. Afirmam que estão construindo uma cultura de paz, impondo intervenção militar e exterminando a população negra e pobre no Rio de Janeiro e pelo Brasil afora. Afirmam que estão preservando nossas liberdades democráticas, com um judiciário insistindo em manter encarcerado um preso político – Luiz Inácio Lula da Silva. Afirmam que estão reformando a educação no Brasil, mas recorrem à ignorância como instrumento de força para amordaçar o professor e criminalizar o ato de educar.

Para a direita brasileira ultrac conservadora que ora tenta recriar a novilíngua, e que tem como objetivo urgente a aprovação do Projeto de Lei Escola Sem Partido, aponta que no léxico escolar não cabe mais a liberdade de cátedra do educador, por isso lhe condena a única opção de ser um burocrata repassador de lições de um

tipo de pedagogia como a *ratio studeiorum* escolástica do século XVI.

Proposto por um advogado, e nem de perto educador, e ainda, inspirado no Código de Defesa do Consumidor (CDC), o Escola Sem Partido ressignifica e condena o ato de educar, a missão do professor e da escola. Cria uma mão única à escola, não mais como o espaço do debate e construção coletiva de saberes, mas de despolitização e punição.

Assim, o projeto de nação brasileira está em disputa. A ameaça concreta do fechamento de unidades escolares da Rede Federal de Ensino, como a que estamos enfrentando no IFBA e IF Baiano, como “proposta de redimensionamento da Rede apresentada pelo governo golpista”, Reforma do Ensino Médio, reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Escola Sem Partido, os ataques à classe trabalhadora, o fim dos serviços públicos etc são uma espécie de materialização deste processo já anunciado por Orwell e que não podemos permitir. A defesa intransigente da Rede Federal e, sobretudo, da democracia, das liberdades e contra qualquer prisão arbitrária e política deve ser nosso compromisso.

O sonho enterrado dos pentacampeões ao hexa e o malabarismo de um rábula demonstraram mais uma vez

a politização do poder judiciário, o grande acordo midiático-empresarial e o derradeiro estrangulamento da democracia.

Enquanto dentro do Congresso Nacional, no último dia 11 de julho, os parlamentares golpistas enfrentavam os servidores públicos organizados que lutavam para barrar alguns artigos do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) e o Projeto Escola Sem Partido, o moribundo governo Temer e o Judiciário golpistas avançam. Educadores lutando por uma escola democrática e cidadã de um lado versus reformadores ultrac conservadores e empresários liberais da educação de outro.

Todo este assalto à educação pública em curso deixa uma mensagem para as nossas avaliações da conjuntura: está em curso a ofensiva da democracia mínima, substanciada na retomada da pedagogia da exclusão sob a ótica da racionalidade empresarial aliada às concepções ultrac conservadoras que afrontam profundamente a democracia e nos afirmam com todas as letras que a educação é um setor muito importante e estratégico para ficar somente nas mãos dos educadores.

**Todos à Luta! O SINASEFE
é para lutar!**

Uma semana de lutas em defesa dos serviços públicos e contra a Lei da Mordança

Na manhã do dia 11/07 o SINA-SEFE participou da reunião da Frente Nacional Escola Sem Mordança, que contou com as presenças de Andes-SN, Assinep, Apeoesp, Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Fasubra Sindical; com participação, também, da Frente Baiana Escola Sem Mordança, Frente Escola Sem Mordança do Rio de Janeiro, PSOL e das nossas seções sindicais CMRJ-RJ, Sindscope-RJ e Sintifjr-RJ. O objetivo da reunião, realizada na sede do Andes-SN, em Brasília-DF, foi traçar estratégias de enfrentamento ao programa Escola Sem Partido.

Ao seu término, seguimos ao Ane-

xo II da Câmara dos Deputados, para o ato contra os ataques ao serviço público contidos no PLDO. No período da tarde ocorreu a reunião da Comissão Especial do Escola Sem Partido (ou Escola Com Mordança!) realizada no plenária 12 da casa legislativa. Se houvesse a aprovação do PL do Escola Sem Partido nessa Comissão, ele seria considerado aprovado pela Câmara, sendo remetido diretamente ao Senado.

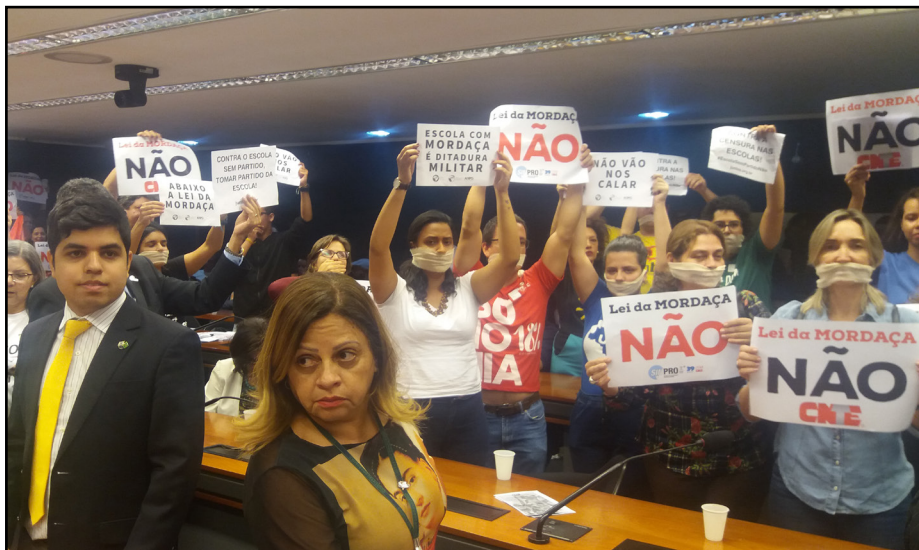
Na reunião, a Frente Nacional Escola Sem Mordança, o Movimento Escola Democrática e as mais diversas entidades estudantis (Une, Ubes e Fenet) e sindicatos dos trabalhadores da

Educação (Sinpro-DF) se confrontaram com os defensores da Lei da Mordança. Em minoria, restava aos deputados comprometidos com a educação tentar postergar ao máximo a abertura da reunião e a aprovação do PL. Depois de muito debate, mesmo sob a condução machista e autoritária da mesa pelo deputado Marcos Rogério (DEM-RO), nosso objetivo foi alcançado: entrou a ordem do dia (PLDO) e a reunião foi adiada. Temos minoria na Comissão Especial e, portanto, teremos mais lutas após o recesso parlamentar.

Na votação do PLDO também houve muitos embates para que os ataques ao serviço público fossem retirados do texto. Na madrugada de 12/07 houve aprovação dos destaques favoráveis às políticas públicas: retiraram o artigo 92-A e o artigo 15, inciso III, que versavam sobre o congelamento das reposições salariais e que reduziriam as verbas de custeio de 10% para 5%.

Na manhã de 12/07, seguindo a programação da Frente Escola Sem Mordança, as entidades presentes na luta do dia anterior se reuniram para a palestra do professor Fernando Penna (UFF), que fez uma análise histórica aprofundada sobre o projeto Escola Sem Partido.

Dando continuidade, no período da tarde, a Frente deliberou estratégias



de combate ao projeto da Escola Sem Partido. Na pauta, a reorganização da Frente, um reforço da sua estratégia de comunicação e a realização de um Seminário Nacional.

Dentre os ataques à Rede Federal de Educação temos a Reforma do Ensino Médio, que está casada com a BNCC, e que ganhará ainda mais corpo caso seja aprovado o projeto Escola Sem – frise-se que este projeto é inconstitucional, pois segundo artigo 205 da CF:

*Art. 205. A educação, direi-
to de todos e dever do Estado
e da família, será promovida e
incentivada com a colaboração
da sociedade, visando ao pleno
desenvolvimento da pessoa, seu
preparo para o exercício da cida-
dania e sua qualificação para o
trabalho.*

A Constituição Federal (CF) versa sobre o pleno desenvolvimento (todo acesso aos diversos conhecimentos e possibilidades de questionamentos), preparo para cidadania (requer princípios de tolerância e respeito à diversidade) e a qualificação para o trabalho que depende de todos os anteriores. O Escola Sem Partido (PL 7180/2014) tem um nome que induz a uma neutralidade, mas, no fundo, tenta proibir tudo o que seja contrário ao que os seus propositores acreditam.

Eles consideram que os educadores não podem fazer qualquer menção em sala de aula às religiões de matriz africana, ao combate ao racismo, às disputas políticas, às discussões de gênero etc. Tudo isso seria “ofensivo à família”, que, para o PL, deve estar acima da sociedade. Recusam-se a aceitar um mundo que nas últimas décadas tornou-se mais aberto às diferenças, respeitando as diversidades sociais, religiosas, sexuais e políticas de uma sociedade plural. Os jovens são parte de famílias conservadoras, LGBTfóbicas, machistas, racistas, cheias de preconceitos; e é na escola que aprendem a tolerância, compreendem criticamente a sociedade em que vivem, saindo do senso comum. Isso “assusta” as famílias intolerantes, que apoiam o Escola Sem Partido e não aceitam que seus filhos sejam “diferentes” deles.

Por isso o Escola Sem Partido tenta colocar a família tendo “precedência” sobre a sociedade na educação dos jovens. Sequer percebem que há formas diferentes de família, religiões diferentes das deles, valores diferentes dos deles.

Além da luta contra o Escola Sem

Partido, o SINASEFE também tem acompanhado as audiências sobre a BNCC, que retira a obrigatoriedade de formação completa do indivíduo. A mais recente audiência foi realizada no dia 05/07 em Fortaleza-CE, onde, apesar do recesso escolar, houve uma boa participação de diversos estados do nordeste e organizações do movimento estudantil e sindical, que se posicionaram contrários a essa nefasta redução da educação.

A semana foi de luta intensa e todas as lutas saíram vitoriosas!

Isso prova que a unidade da força dos sindicatos e organizações por uma educação e um serviço público de qualidade não pode jamais ser subestimada...

Sigamos na luta!



Expediente



Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.

Plantonistas responsáveis: Camila Tendório (Pasta de Políticas Educacionais), Carlos Magno Sampaio (Coordenador Geral) e Cristiano Gonzaga (Pasta de Combate às Opressões)
Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino (Sindscope-RJ) e Michel Torres (Sintifrr-RJ)

Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)
Design Gráfico: Flávia Destri Garcia
Contatos: di@sinasefe.org.br e imprensa@sinasefe.org.br
Acesse nosso site: www.sinasefe.org.br

Fale com o Sinasefe
Fone:
(61)
21924050



Filiado à:

